

Superior Tribunal de Justiça

**EDcl no AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.502.329 - SP
(2019/0139196-5)**

RELATOR : MINISTRO SÉRGIO KUKINA
EMBARGANTE : THEREZINHA FERREIRA
EMBARGANTE : GERSON DOS SANTOS
EMBARGADO : FAZENDA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PROCURADOR : RENATO BARBOSA MONTEIRO DE CASTRO E OUTRO(S)
- SP329896

INTERES. : AGOSTINHO ANGELO DE OLIVEIRA
INTERES. : ALICE MORAES MOREIRA
INTERES. : ANA MARIA DE OLIVEIRA SPAGNUOLO
INTERES. : ANA MARIA PARES ANDREUCCI
INTERES. : ARLETTE APARECIDA DANTAS LOBO
INTERES. : ANA ROSA COUTO
INTERES. : ANTONIA FERREIRA COLANTONIO
INTERES. : BEATRIZ COUTINHO DIAS COSTA
INTERES. : BELARMINA APARECIDA SACRINI AYRES FERRAZ
INTERES. : CATARINA RODOLFO FERREIRA
INTERES. : CLEIDE AROUCA PEREIRA CID
INTERES. : CLEIDE XAVIER DA SILVA
INTERES. : DINIZ PARUSSOLO MARTINS
INTERES. : DJANIRA MONTOSA AQUINO RIBALDO
INTERES. : DOLORES MARTIN BARRIONUEVO RICCIARDI
INTERES. : GESSIE BERTOZZO PIMENTEL
INTERES. : IZAURA BERTELLI DE OLIVEIRA
INTERES. : JOCELY VASCONCELLOS FERRIOLLI
INTERES. : LUCILE ALBERTINA MANTOVANI FRATINI
INTERES. : LUCY BARBOSA ROSA
INTERES. : MARIA APARECIDA MARTINS SILVEIRA JORDAO
INTERES. : MARIA APARECIDA ZIA
INTERES. : MARIA AUXILIADORA ANTONINI KUHL
INTERES. : MARIA CECILIA PACHECO SIMONI
INTERES. : MARIA CACILDA LEONEL
INTERES. : MARIA CECILIA DE ALMEIDA CHEHOUAN JOSE
INTERES. : MARIA DE LOURDES FINAZZI BIANCHI
INTERES. : MARIA ELISETE VILLIBOR DO AMARAL
INTERES. : MARIA GORETTI FRATTINI GUSSON
INTERES. : MARIA HELENA MEIRA NETTO SANTINI
INTERES. : MARIA IGNES DA SILVA SANTOS
INTERES. : MARIA LAURA VAZ DOS SANTOS
INTERES. : MARIA LUIZA VARGAS DA SILVA
INTERES. : MARIA SILVIA BALADI RODRIGUES
INTERES. : MARILES CORSI DE OLIVEIRA SANTOS
INTERES. : MARIZA NEIDE SANTOS SILVA
INTERES. : MARY NEIDI FERREIRA VIEIRA

Superior Tribunal de Justiça

INTERES. : MEYRES APPARECIDA CORSI PINTO
INTERES. : NADEGI DUARTE DE ALMEIDA
INTERES. : NADIR COSTA AFFONSO
INTERES. : NELY CARVALHO GRAVEIRO FRUCHI
INTERES. : NILCEA ZADRA BARROSO CARRERA
INTERES. : THEREZINHA DALALANA IANELLO
INTERES. : THEREZINHA DE JESUS MARCOLINO PINTO
INTERES. : VALDEMAR MATERA FISCHER
INTERES. : WILDA TERENCE CLARK REIS
INTERES. : YOLANDA KOOL MONTEIRO
INTERES. : YVONNE DE ARRUDA CAMARGO
INTERES. : ZENAIDE CORREIA BERNARDES FERRARI
INTERES. : NASCIMA ABRAM DOS SANTOS
INTERES. : LIGIA ABRAM DOS SANTOS
INTERES. : LILIAN ABRAM DOS SANTOS
INTERES. : LAURA GRANATO
INTERES. : ANGELA IRACEMA ORRICO RIBEIRO
INTERES. : ANNA MARIA MENDES DA SILVA
INTERES. : CLARICE JACOB REINIG
INTERES. : CLARICE MOSSRI NAVAJAS
INTERES. : CLEUSA CAVALLINI
INTERES. : CONCHETTA FELIX PRIMA DE SOUZA
INTERES. : DONIRCE APPARECIDA KOWALSKI
INTERES. : EIKO MATSUI
INTERES. : ELIZA ROSA DE AQUINO FRIGO
INTERES. : ELVIRA TOMASULO DE VICENTE
INTERES. : ENY ROCHA DE OLIVEIRA
INTERES. : GENY PRADO MENDES
INTERES. : ISRAEL DIAS PINTO
INTERES. : IZEISA ROSA FRUGOLI
INTERES. : JOAO BOSCO LEMOS
INTERES. : JULIA CELIA AZEVEDO MARQUES DE SOUZA SANTOS
INTERES. : JUSTINA MOREIRA SENE
INTERES. : LIRIS CRUZ DE MELLO
INTERES. : LOURDES MACKSSUD MARGARIDO
INTERES. : LOURDES MACKSSUD MARGARIDO
INTERES. : LUZIA CAVALHEIRO DE ABREU
INTERES. : MARGARIDA DE SOUZA
INTERES. : MARIA ADALGISA DIAS MARQUES
INTERES. : MARIA APPARECIDA SIQUEIRA
INTERES. : MARIA BENEDITA ALVES DE CARVALHO
INTERES. : MARIA CLAUDINA MOLAO ZANETTI
INTERES. : MARIA DE LOURDES SALVARANI MELLO
INTERES. : MARIA ELENA CASSONI PERICO
INTERES. : MARIA ISABEL ABICHABKI ANDREOLI
INTERES. : MARIA MARGARIDA GODOY

Superior Tribunal de Justiça

INTERES. : MARIA NAZARETH DE SOUZA GUIMARAES CHRISTIANI
INTERES. : MARLENE ALICE DE ALMEIDA BROCKELMANN
INTERES. : MARLY APARECIDA REIS MARTINI
INTERES. : MAURICIO FANUELE RIBEIRO
INTERES. : MOEMA CEZAR CROZERA
INTERES. : NEIDE TORELLI DE SOUZA
INTERES. : NORMA MARCONDES LADEIRA
INTERES. : NORMA TAMIE KATO ARAHATA
INTERES. : REINICE FONSECA NEVES
INTERES. : ROSA MARIA VERURINE BRANDANE
INTERES. : ROSE MARY NEGRAO
INTERES. : ROSELY VIEIRA KITAHARA
INTERES. : RUTH SALAVEE LEMOS
INTERES. : SELMA APARECIDA GARCIA ROCHA
INTERES. : SERAPHINA TILELLI BURJAILI
INTERES. : SILVIA MARIA CIPPOLLINI GENARI
INTERES. : SILVIA MARIA CIPPOLLINI GENARI
INTERES. : SUELY AUGUSTA DE ARAUJO MACEDO ESTEVES
INTERES. : THEREZA ANTONIETA STEVANATO
INTERES. : YALMA PRADO BRUNETTI
ADVOGADOS : MARIA APARECIDA DIAS PEREIRA NARBUTIS -
SP077001
WILSON LUIS DE SOUSA FOZ - SP019449
NILTON DIAS PEREIRA - SP233266

DECISÃO

Cuida-se de embargos declaratórios opostos por **Gerson dos Santos e outros** contra decisão que deu provimento ao recurso especial para reformar o acórdão recorrido a fim de afastar a ocorrência da prescrição e, nessa extensão, determinar o retorno dos autos ao Tribunal de origem para que prossiga no julgamento do recurso de apelação, dando-lhe a solução que entender de direito.

A parte embargante sustenta a existência de omissão no *decisium*, sob o argumento de que a decisão recorrida deixou de inverter os honorários sucumbenciais estabelecidos na origem.

Pugna pela inversão da sucumbência e condenação da parte contrária ao pagamentos de honorários advocatícios, nos termo do art. 85, §3º do CPC/2015.

É O RELATÓRIO. SEGUE A FUNDAMENTAÇÃO.

Superior Tribunal de Justiça

Não assiste razão ao embargante.

Com efeito, os embargos de declaração, recurso de manejo limitado, são cabíveis tão somente nas restritas hipóteses previstas no art. 1.022 do CPC/15, quais sejam: (a) esclarecer obscuridade ou eliminar contradição; (b) suprir omissão de ponto ou questão sobre a qual devia se pronunciar o juiz de ofício ou a requerimento; e (c) corrigir erro material.

Entretanto, no caso, não se verifica a existência de quaisquer das deficiências em questão, pois o acórdão embargado enfrentou e decidiu, de maneira integral e com fundamentação suficiente, toda a controvérsia posta no recurso.

Como asseverado, a decisão embargada se limitou a afastar a prescrição no caso concreto, com a determinação de retornos dos autos ao Tribunal de origem, para que este prossiga no julgamento da ação como entender de direito. Assim, como não houve julgamento definitivo pelo Tribunal *a quo*, resta incabível a fixação de honorários nessa fase recursal.

A propósito, confira-se:

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EM AGRAVO INTERNO EM AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. DIVERGÊNCIA ENTRE O RESULTADO DO JULGAMENTO E O INTEIRO TEOR. CONTRADIÇÃO CONFIGURADA. MAJORAÇÃO DE HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS EM SEDE RECURSAL. ART. 85, §§ 1º E 11, DO CPC. IMPUGNAÇÃO AO CUMPRIMENTO DE SENTENÇA REJEITADO, POR FORÇA DO PROVIMENTO DO APELO DA PARTE EXEQUENTE. PROVIMENTO DO RECURSO ESPECIAL POR OFENSA AO ART. 535 DO CPC DE 1973. NÃO CABIMENTO. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO PARCIALMENTE ACOLHIDOS.

1. O artigo 1.022, e seus incisos, do novo Código de Processo Civil, claramente prescrevem as quatro hipóteses de cabimento dos embargos de declaração, tratando-se de recurso de fundamentação vinculada, restrito a situações em que patente a existência de (1) obscuridade, (2) contradição, (3) omissão no julgado, incluindo-se nesta última as condutas descritas no artigo 489, parágrafo 1º, que configurariam a carência de fundamentação válida, e por derradeiro, (4) o erro material.

2. Na espécie, há divergência entre o resultado do julgamento e o inteiro teor do acórdão. Contradição configurada.

Superior Tribunal de Justiça

Acolhimento dos aclaratórios para consignar o provimento do agravo interno.

3. A majoração de honorários em sede recursal, prevista no parágrafo 11 do art. 85 do CPC de 2015, reclama como requisito que a verba honorária sucumbencial seja devida no processo no qual foi interposto o recurso especial. Precedente da Terceira Turma deste Tribunal Superior.

4. "Os honorários recursais não têm autonomia nem existência independente da sucumbência fixada na origem e representam um acréscimo (o CPC/2015 fala em 'majoração') ao ônus estabelecido previamente, motivo por que na hipótese de descabimento ou na de ausência de fixação anterior, não haverá falar em honorários recursais. Assim, não são cabíveis honorários recursais na hipótese de recurso que reconhece 'error in procedendo' e que anula a sentença, uma vez que essa providência torna sem efeito também o capítulo decisório referente aos honorários sucumbenciais e estes, por seu turno, constituem pressuposto para a fixação ('majoração') do ônus em grau recursal. Exegese do art. 85, § 11, do CPC/2015" (AREsp 1.050.334/PR, Rel. Ministro Mauro Campbell Marques, Segunda Turma, julgado em 28/3/2017, DJe de 3/4/2017).

5. Na espécie, com o provimento do apelo da exequente, reformando a decisão que acolheu a impugnação ao cumprimento de sentença, não houve a fixação de honorários advocatícios, sendo certo que o recurso especial do executado foi provido para, reconhecendo-se o error in procedendo, determinar o retorno dos autos a origem para novo exame. Desse modo, ressoa inviável o arbitramento de honorários advocatícios requerido pelo exequente pois, além de não terem sido fixados na origem, a reanálise dos embargos de declaração pelo Tribunal local poderá ou não alterar a procedência da impugnação ao cumprimento de sentença.

6. Embargos de declaração parcialmente acolhidos.

(EDcl no AgInt no AREsp 1098460/AC, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em 12/12/2017, DJe 18/12/2017)

ANTE O EXPOSTO, rejeito os embargos declaratórios.

Publique-se.

Superior Tribunal de Justiça

Brasília (DF), 1º de outubro de 2019.

MINISTRO SÉRGIO KUKINA
Relator

